

# A muamba de Brasília

**T**alvez por ter sido entendido como uma notícia local, um fato que ocorreu em Brasília não mereceu, na chamada imprensa nacional, o mesmo merecido destaque que lhe foi dado pelo *Correio Braziliense*, em sua edição da quarta-feira da semana passada. Sob o adequado título *Muamba aprovada*, com letras maiúsculas ocupando toda a largura da primeira página do seu caderno *Cidades*, o jornal noti-

ciou, em reportagem de página inteira, do jornalista Philio Terzakis, que a Câmara Legislativa local — que equivale a uma mistura de Câmara Municipal com Assembleia Legislativa — aprovou, por meio de dois projetos, medida que destina uma área imprópria do Plano Piloto do Distrito Federal para fixar a até aqui chamada Feira do Paraguai. Essa feira, segundo o próprio jornal, é, no Brasil, um dos maiores



**É uma outra guerra com o Paraguai, mas esta o Brasil está perdendo**

pontos-de-venda de mercadorias importadas ilegalmente.

De forma acintosa, a feira da muamba funciona atualmente num terreno público, o estacionamento do Estádio Mané Garrincha, e tem sido objeto de atrito com o governo federal, que quer o seu fechamento nesse local e sua eventual continuidade em outro, mas somente com importações e vendas legais, inclusive com nota fiscal. Há legislação federal, a de tombamento de Brasília,

que estabelece ser a área destinada a estacionamento ou a eventos esportivos. Em dezembro do ano passado, a Procuradoria Regional da República determinou a retirada dos feirantes de onde se encontram.

A aprovação dos projetos, com a maciça presença de feirantes, teve momentos insólitos, com os vendedores se ajoelhando, agradecendo a Deus a aprovação e cantando o Hino Nacional, presumivelmente o do

Brasil. Deveriam ter cantado o do Paraguai. Os deputados distritais, que aprovaram os projetos por unanimidade, deram enganosamente aos feirantes a sensação de que sua situação fora legalizada. Ainda conforme a reportagem, mesmo que os projetos virem leis, para o Ministério Público federal elas serão inconstitucionais.

Tudo indica que a encrenca vai continuar. O governador Cristovam Buarque deu a entender que vai vetar os projetos — o jornalista acha que essa pode ser uma boa saída para ele, ou seja, deixar que a Câmara derrube o veto, passando a culpa da disputa com o governo federal para o Legislativo distrital. Foi esta a conclusão do jornalista: "Foi dia de os distritais jogarem para a galera. Não há mais nenhum grande vilão que lute contra os feirantes que fazem contrabando na capital da República. Nem o governador. Só a lei (federal), que não tem problemas com a imagem, não é candidata a nada, só existe no papel."

Um dos projetos muda o nome da coisa — de Feira do Paraguai para Feira de Brasília. Não foi, porém, um dia em que Paraguai virou Bra-

sília. Foi Brasília que virou Paraguai. Mas isso não chega a ser novidade. Lá os espaços são grandes, quase tudo pertence ao governo e a feira da muamba fica mais evidente. Em muitos outros lugares do País, como aqui, em São Paulo, o contrabando continua a ser vendido acintosamente nas ruas, nas praças e em outros logradouros públicos. É uma outra guerra com o Paraguai, mas esta o Brasil está perdendo. E outra vez aquele país está pagando mais do que devia, pois não é o único de onde vem a muamba importada pelo Brasil.

Para não ferir suscetibilidades nacionais ou locais, os deputados distritais de Brasília deveriam ter feito como o *Correio Braziliense*, que, com a sua manchete *Muamba aprovada*, deu nome ao objeto, e não ao local da feira. Combinando os dois, talvez um nome mais adequado fosse Feira da Muamba de Brasília. Temo, entretanto, que com esse nome as suscetibilidades feridas fossem outras...

---

■ **Roberto Macedo**, economista formado pela USP com doutorado em Harvard (EUA), é professor e consultor